

Segmentação e Discriminação no Mercado de Trabalho de Salvador

Wilson F. Menezes

* *Doutor pela Université de Paris I*

* *Professor do CME-UFBA*

Leormínio M. Bispo Filho

* *Mestre em Economia pelo CME-UFBA*

* *Técnico da PED-RMS*

Resumo

Este trabalho analisa os diferenciais de rendimentos dos indivíduos ocupados não registrados na previdência social, usando dados da cidade de Salvador. Utilizou-se a base da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador para os anos de 2000 e 2001. Foi utilizado o procedimento de Heckman (1979) para corrigir possíveis vieses de seleção da amostra, bem como foi aplicada a decomposição de Oaxaca (1973) para se separar os elementos produtivos dos não produtivos constitutivos dos rendimentos desses trabalhadores. Os resultados permitiram distinguir os diferenciais de rendimentos provocados pela segmentação e por procedimentos discriminatórios no mercado de trabalho. Os trabalhadores sem registro na previdência social recebem, em média, menos que os registrados, enquanto as mulheres e os negros sofrem discriminação no segmento sem registro do mercado de trabalho.

Palavras-chave:

Segmentação; Discriminação; Ocupação; Ocupação não registrada; Diferenciais de rendimento.

1 – INTRODUÇÃO

A ocupação não registrada constitui um fenômeno de grande importância, por um lado, para os próprios indivíduos implicados, na medida em que subtrai alguns de seus direitos trabalhistas e, por outro lado, para o governo, em virtude das implicações sobre a receita da previdência social. Para a cidade de Salvador, a importância desse tema ganha relevo, quando se sabe que a ocupação sem registro na previdência social corresponde a um contingente significativo de pessoas (39% da ocupação total dessa cidade). Esse contingente é composto de assalariados sem registro em carteira, de trabalhadores autônomos, donos de pequenos negócios familiares, domésticos e trabalhadores familiares.

Os assalariados sem carteira enfrentam a problemática do não registro na previdência na sequência de uma perda de direitos; enquanto os demais trabalhadores enfrentam uma difícil decisão pessoal: alocar recursos para a contribuição da previdência social em detrimento da renda presente ou dispor uma renda presente mais elevada, mas em detrimento de suas condições futuras de existência. Esses trabalhadores vivenciam uma precariedade da relação de trabalho e, como consequência, enfrentam graves problemas econômicos no final de suas vidas profissionais, já que não serão cobertos pelo sistema de previdência social. Nesse momento, essas pessoas acabam ficando à mercê de familiares ou de benefícios do sistema de seguridade social (após uma certa idade e segundo determinadas condições), onerando toda a sociedade.

A preocupação com os diferenciais de rendimentos não é nova na literatura econômica brasileira. Esses diferenciais foram analisados sob o prisma dos distintos segmentos do mercado de trabalho, tal como em Fernandes (1996), que buscou observar o papel que a qualificação da mão-de-obra exerce na determinação dos diferenciais de salários entre mercados regulamentados e não regulamentados. Por outro lado, Silva e Kassouf (2000) apontaram os diferenciais de rendimentos dos mercados formais e informais de trabalho, enquanto Leme e Wajnman (2001) trataram das especificidades dos

diferenciais de rendimento por gênero como decorrentes do estágio de desenvolvimento dos mercados de trabalho. Quanto aos estudos dos diferenciais de rendimentos sob a ótica da discriminação, pode-se apresentar Loureiro e Carneiro (2001), que mostraram a discriminação nos mercados de trabalho urbanos e rurais; Soares (2001), que estimou os diferenciais de rendimentos para homens e mulheres na perspectiva da cor; e Kassouf (1998), que calculou os retornos da educação, da experiência e a discriminação salarial por gênero, presentes em diferentes segmentos do mercado de trabalho.

Todas essas análises se enquadram, nem sempre de maneira explícita, no escopo teórico dos estudos sobre a segmentação do mercado de trabalho. (DOERINGER; PIORE, 1971). Abordagem esta que ainda se mostra muito fecunda para analisar questões relativas à firma, ao mercado de trabalho e aos processos distributivos da renda. Nessa perspectiva, o estudo que se pretende considera apenas o mercado secundário de trabalho. Mercado esse que será considerado, para efeito dessa análise, como composto dos trabalhadores de Salvador que não dispõem de registro no sistema da previdência social. Portanto, essas pessoas ficam à mercê das regras baseadas na oferta e na demanda de mão-de-obra, sujeitas à ausência de regras e plano de cargos e salários, além de se encontrarem expostas às vicissitudes das flutuações econômicas e desprovidas de direitos básicos, cuja expressão maior aparece na não contribuição para o órgão previdenciário brasileiro. Trata-se, pois, de uma força de trabalho precarizada, relativamente indefesa e sem o menor futuro em termos profissionais, cujos rendimentos são baixos e flutuam ao sabor do mercado, problematizando as condições de vida. Além dessas dificuldades, essas pessoas são ainda espoliadas da previdência social e enfrentam comportamentos discriminatórios no mercado de trabalho.

Os diferenciais de rendimentos entre indivíduos ocupados podem ser originários de três características presentes no mercado de trabalho: a) diferenças nas dotações dos atributos produtivos dos trabalhadores, dentre os quais destacam-se a educação e a experiência. Nessa situação, pode-se di-

zer que o mercado de trabalho estaria traduzindo, de maneira justificada, os distintos rendimentos, de forma que, os que possuem as maiores quantidades desses atributos alcançam também as maiores remunerações; b) discriminação no mercado de trabalho, quando trabalhadores igualmente produtivos são remunerados de maneira diferenciada, em decorrência de avaliações subjetivas quanto aos seus atributos não produtivos, tais como gênero e cor; e c) segmentação no mercado de trabalho para trabalhadores igualmente produtivos. Essas características podem ser avaliadas por distintas bases teóricas. Nesse trabalho, optou-se pela teoria da segmentação como referência teórica, muito embora se faça uso da teoria da discriminação internamente ao segmento em análise.

Tentando contribuir para um melhor conhecimento das condições econômicas desse importante contingente de trabalhadores na cidade de Salvador, analisou-se a formação do rendimento dos ocupados sem registro na previdência social, além de comparar esses rendimentos com os rendimentos dos trabalhadores registrados. Com isso, buscou-se levantar os mais importantes determinantes dos rendimentos dos trabalhadores não registrados, bem como separá-los por critérios que distingam condicionantes de desigualdade e de discriminação. Para atingir esse fim, utilizaram-se os dados da base PED-RMS¹, referentes aos ocupados do município de Salvador no período compreendido entre os anos 2000 e 2001.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se dividido em mais cinco partes. Assim, inicialmente avança-se uma análise dos conceitos que nortearam a pesquisa, quando serão apresentados os conceitos de ocupação sem registro na previdência social, além de discutir os principais componentes te-

óricos que permitem explicar os diferenciais de rendimentos. Em seguida, procede-se uma apresentação do modelo econométrico, bem como das variáveis utilizadas. Nas terceira e quarta partes, faz-se uso desse modelo para estimação dos resultados, os quais são apresentados separadamente para as equações de participação e para os diferenciais de rendimentos. Pôde-se então apresentar os elementos que reforçam a probabilidade de as pessoas se apresentarem no mercado de trabalho, bem como se pôde comparar os rendimentos dos trabalhadores registrados na previdência social com os ganhos daqueles que não têm registro. Os diferenciais desses ganhos foram explicados pela presença de uma forte segmentação no mercado de trabalho de Salvador e pela existência de preferências discriminatórias, que avaliam de forma diferenciada pessoas que detêm as mesmas dotações de atributos produtivos, tais como escolaridade, experiência e esforço. Por fim, algumas considerações finais são emitidas.

2 - TEORIA DA SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Desde os estudos de Clark Kerr (1954), sobre a “balcanização” do mercado de trabalho, esse mercado vem sendo visto como um múltiplo de forças e dispositivos que regula as profissões e permite seus respectivos confrontos, deixando de ser visto, nessa linha de entendimento, como linear e contínuo, onde cada nível de remuneração corresponde a uma determinada oferta de trabalho, tal como apresentado no modelo neoclássico de base, e passando a ser visto como dotado de espaços distintos que são impostos à força de trabalho. A mobilidade da força de trabalho necessariamente deve considerar a descontinuidade desses espaços. Na sequência dessas observações, Doeringer e Piore (1971) apresentaram uma formulação dicotômica desse mercado, a qual compõe os estudos sobre segmentação do mercado de trabalho.

Para estes autores, existe uma importante oposição de ordem organizacional no mercado de trabalho. Os elementos organizacionais permitem distinguir dois tipos de empresa, cujas estratégias de

¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador segue orientação metodológica do Seade-Dieese e foi realizada na RMS entre setembro de 1987 e outubro de 1989, em convênio com Setrab, Sine e UFBA. Desde julho de 1996, ela vem sendo realizada em convênio com a Sei, Setras e UFBA. Esta pesquisa é atualmente desenvolvida em mais cinco regiões metropolitanas do país: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife e São Paulo.

absorção de força de trabalho se diferenciam: um primeiro tipo de empresa, que cria seu mercado interno de trabalho e passa a explorar uma competitividade entre os indivíduos já empregados por ela, enquanto o segundo tipo de mercado de trabalho, externo à empresa, funciona de maneira semelhante aos moldes walrasianos. Existem, dessa forma, dois segmentos bem distintos de mercado de trabalho, os quais impõem formas diferenciadas de determinação dos ganhos e das condições de trabalho. Esses segmentos formam o mercado interno e o mercado externo.

Por mercado interno entende-se uma unidade administrativa, uma empresa, por exemplo, no interior da qual estabelecem-se regras e protocolos específicos para a alocação do trabalho e para a determinação de sua remuneração. A fixação dos salários decorre então de um procedimento administrativo e segue orientação do plano de cargos e salários da empresa. Dessa forma, os postos mais importantes também aportam rendimentos mais significativos aos seus ocupantes. A definição dos postos de trabalho, por parte da empresa, segue uma orientação necessária aos procedimentos técnicos sequenciais de sua atividade econômica. Esses postos são então definidos por intermédio de uma hierarquia previamente determinada pela técnica selecionada pela empresa, de maneira que as remunerações, respeitando essa técnica, são também hierarquizadas em níveis diferenciados. Assim, as empresas levam em conta as competências individuais dos trabalhadores, alocados nos postos específicos de trabalho, para definir o nível salarial de cada trabalhador, e tem-se, por conseguinte, uma diferenciação de salários definida, por um lado, pela hierarquia dos postos de trabalho e, por outro, pela performance do trabalhador no cotidiano da empresa. Dessa forma, fica justificado o fato de haver vários níveis salariais para um mesmo posto de trabalho.

Quanto ao mercado externo de trabalho, há regras que o regulam estimulando uma concorrência muito forte entre os trabalhadores. Assim, as estruturas que definem as remunerações, as alocações do trabalho e a formação dos trabalhadores são controladas por critérios eminentemente eco-

nômicos. O resultado desse tipo de controle é que essas regras são flexíveis e suscetíveis de serem modificadas a qualquer momento, desde que mudem as condições da concorrência entre as firmas, ou seja, desde que mude o jogo entre a oferta e a demanda dos bens e serviços.

Em relação ao mercado externo, o segmento interno permite salários relativamente mais elevados, mas também exige qualificações mais elevadas. Para tanto, esse segmento costuma oferecer melhores condições de trabalho, maior possibilidade de sindicalização, maior duração, estabilidade e segurança do emprego, além de fortes possibilidades de formação e promoção no próprio emprego. O mercado externo fica então como uma espécie de depositário dos malefícios do mercado de trabalho, exatamente na medida em que ele se subordina apenas às condições impostas pela concorrência, daí uma menor remuneração do trabalho, na medida em que a força de trabalho enfrenta uma maior rotatividade do trabalho, uma mais elevada flutuação salarial ou até mesmo uma maior exposição a condições precárias de trabalho.

A agregação de mercados internos às empresas pode ser chamada de mercado primário, enquanto que o mercado externo pode também ser chamado de mercado secundário de trabalho. Assim, o mercado primário constitui o segmento do mercado de trabalho que se encontra associado às ações das grandes firmas. As relações de trabalho ainda subordinadas aos fluxos de oferta e demanda constituem o mercado externo, o qual pode ser considerado como o segmento secundário do mercado de trabalho, ou seja, trata-se de um mercado que exclui as garantias oferecidas pelo mercado primário.

Assim, para a existência de uma segmentação, duas condições devem ser satisfeitas: a) cada segmento deve funcionar de maneira independente, logo suas leis e regras devem ser diferentes; e b) existência de uma forte barreira à mobilidade entre os segmentos. Assim, os empregos do mercado interno são racionados e escassos, mesmo que não se saiba exatamente o que conduz os trabalhadores a cada segmento do mercado de trabalho, visto que é per-

feitamente factível encontrarem-se indivíduos, possuindo as mesmas dotações economicamente produtivas, tendo acesso a um ou outro segmento do mercado de trabalho. É essa possibilidade que permite a formação dos segmentos, ou seja, um mesmo tipo e qualidade de oferta de trabalho alcançando níveis diferenciados de remuneração.

Não é demais lembrar que o mercado primário se verifica mais freqüentemente nas grandes firmas, cujos trabalhadores são remunerados muito mais em função da hierarquia de seus postos que em decorrência de variações da produtividade marginal do trabalho. Em outras palavras, a influência das variáveis de capital humano, como educação e experiência, na definição da posição ocupacional e no salário dos trabalhadores depende do segmento a que o indivíduo teve acesso. Os trabalhadores ficam, portanto subordinados às regras e protocolos de cada segmento em que se encontram.

Dessa forma, diferentemente da tese do capital humano, que parte dos custos particulares do investimento em educação, formação, saúde e migração, a tese da segmentação encontra-se presente na análise do mercado interno, que é um processo de gestão da mão-de-obra. Esse processo de gestão procura estabelecer, desde o início, uma relação estável, com possibilidades de investimentos recíprocos na força de trabalho. Assim, não é o fato de deter mais capital humano que possibilita que uma pessoa tenha acesso ao mercado interno, mas ter acesso a esse mercado traz a possibilidade de dispor de maiores investimentos em seu capital humano. Com essa inversão, explica-se por que a maior dotação de investimento em mão-de-obra se verifica através da experiência vivenciada pelo indivíduo ou para atender às necessidades da empresa (*on the job training*), além de permitir a observação de uma certa triagem que as empresas exercem ao selecionar determinadas qualificações e não outras, ou seja, os investimentos em capital humano passam necessariamente pelo crivo da demanda de trabalho.

Neste artigo, a segmentação do mercado de trabalho será vista através dos conceitos de ocupação não registrada e registrada na previdência soci-

al, os quais substituem os conceitos teóricos de mercado primário e secundário. Essa substituição fica explicada na medida em que o critério empírico para efetivação do corte entre um e outro segmento o vincula, ou não, ao sistema de previdência social. Dessa forma, entende-se como “ocupação registrada” todos os trabalhadores ocupados que contribuem para a previdência social, enquanto que a “ocupação não registrada” engloba todos os trabalhadores que não contribuem para essa mesma previdência². Uma outra justificativa para esse procedimento vem do fato de se ter disponível e trabalhado com dados de uma pesquisa domiciliar, impondo uma maneira indireta para alcançar o conceito de mercado externo, que normalmente deveria ser analisado a partir das firmas constitutivas desse segmento de mercado de trabalho.

Acredita-se que a presença dos registros dos trabalhadores na previdência social dissolva grande parte da invisibilidade das pequenas e médias empresas, a qual contribui ainda, como uma espécie de véu, para a não efetividade das obrigações fiscais e tributárias dessas firmas. Assim, muitas micro e pequenas firmas optam por não contribuir com o órgão da previdência social, de maneira a continuar “invisíveis”, dificultando, portanto, a fiscalização. Ao preferirem empregar sem registro em carteira e sem contribuição à previdência social, essas firmas, por um lado, arriscam-se a levar uma multa e, por outro, expõem seus trabalhadores a uma incerteza intertemporal decorrente da não contribuição à previdência. Essa incerteza é também válida para os demais trabalhadores desse segmento, como os autônomos de modo geral, na proporção em que uma opção de não contribuir para a previdência pode estar aumentando a renda presente dessas pessoas, mas isso acontece em detrimento da renda futura, na medida em que elas comprometem suas respectivas condições de aposentadoria. Essa opção traz ainda grandes conseqüências sociais, na medida em que o sistema previdenciário fica debili-

² Essa consideração talvez permita um tratamento desse contingente de trabalhadores como um subconjunto da economia submersa, a qual é entendida como constituindo todas as atividades não institucionalizadas. (CACCIAMALI, 1991).

tado pela ausência de uma importante fonte de receitas³.

3 - APRESENTAÇÃO DO MODELO E DE SUAS VARIÁVEIS

A metodologia padrão para abordar questões de segmentação e discriminação presentes no mercado de trabalho consiste na aplicação do instrumental econométrico sobre uma amostra com dados transversais ou em painel. Assim, tomando como base um modelo econômico, estimam-se resultados a partir de uma equação de regressão, procurando a solução mais ajustada para se alcançar a melhor explicação para o fenômeno estudado. A equação de rendimentos é normalmente estimada, através do método de mínimos quadrados ordinários, representando as características pessoais e ocupacionais do trabalhador através de variáveis independentes. A formação dos rendimentos pode então ser expressa pelo seguinte modelo:

$$Ly = \alpha + \beta X_i + \gamma SD_j + \varepsilon \quad (1)$$

onde Ly é logaritmo natural do rendimento (portanto, válido somente para ocupados com rendimento positivo), X é o vetor de características pessoais e ocupacionais do trabalhador, tais como escolaridade, experiência, horas trabalhadas, estabilidade, SD é uma variável qualitativa que representa os dois segmentos do mercado de trabalho e ε é o termo aleatório que representa os possíveis erros de medida da variável dependente, bem como todos os demais fatores não explicitados na equação; admite-se que esse termo tenha uma distribuição de probabilidade normal com média zero e variância σ^2 . Considerando que γ representa a diferença dos interceptos dos diferentes segmentos, pode-se então dizer que o diferencial dos interceptos é o elemento que permite estabelecer as diferenças de rendimentos desses segmentos.

³ A grande atração para uma não contribuição aos órgãos da previdência pode ser localizada no sistema de alíquotas. Pode-se então dizer que, quanto maior for a alíquota de contribuição e menor o esforço de arrecadação, maior tenderá a ser o conjunto dessas atividades que costumam passar ao largo das regras institucionais.

O ajustamento desse modelo, entretanto, apresenta alguns problemas. Um primeiro problema diz respeito ao método de estimação. Esse problema fica mais evidente quando se desagrega a equação anterior em função dos segmentos (SD_j). Assim, o modelo anterior toma a seguinte forma:

$$SD_j = -(\alpha/\gamma) + (1/\gamma)\ln w_i - (\beta/\gamma)X_i - (1/\gamma)\varepsilon_i \quad (2)$$

As equações (1) e (2) são iguais sob o ponto de vista matemático e lógico, mas não são para a econometria. Na primeira equação, o rendimento está determinado pelos atributos X_i e pelos segmentos SD_j , ou seja, dados os atributos e os segmentos, pode-se encontrar os rendimentos. Enquanto que a segunda equação estabelece que, para um determinado nível de rendimentos e dados níveis de atributos X_i , haverá uma demanda por trabalho, representada por probabilidades, nos diferentes segmentos SD_j . A grande diferença entre as duas equações é que, em verdade, elas não constituem funções, mas sim relações, de forma que o sentido de causalidade importa muito, mesmo que não se saiba exatamente se o seu sentido vai dos atributos X_i e dos segmentos SD_j aos salários ou dos salários e atributos X_i aos segmentos SD_j .

Assim, desde que o método dos mínimos quadrados permite o cálculo de funções e não de relações, tem-se que o uso da primeira ou da segunda equação apresentará resultados diferentes quanto aos sinais, além da possibilidade de se obter valores para a probabilidade SD_j maiores que um ou menores que zero. Esses fatos põem em evidência consequências cruciais na interpretação dos resultados. Para manter a probabilidade SD_j no intervalo $[0, 1]$, deixa-se de utilizar o método dos mínimos quadrados e passa-se a estimar a equação (2) através de modelos probabilísticos do tipo *probit* e *logit*. A função *probit* se enquadra perfeitamente bem a essa necessidade. Essa função encontra-se relacionada com a distribuição de probabilidade normal padronizada, permitindo, portanto, a consideração de coeficientes angulares variáveis, isto é, não constantes, diferentemente da equação (1). Vale lembrar que a função *probit* pode ser especificada por:

$$f(z) = P[Z \leq z] = \int_{-\infty}^z [1/(2\pi)^{1/2}] e^{-z^2/2} dz \quad (3)$$

Um segundo problema a ser enfrentado diz respeito a um possível viés de seleção presente na amostra. Normalmente, regressa-se o rendimento em função de variáveis explicativas (X_i) das pessoas ocupadas, de maneira que se deixam de considerar na regressão tanto os desempregados como os inativos, bem como se consideram apenas os ocupados com rendimentos positivos. Esse procedimento é natural, já que essas pessoas não possuem rendimento. Isso se verifica, seja pelo fato de os desempregados apresentarem-se ao mercado com salários de reserva mais elevados que os salários que o mercado lhes oferecem, seja pelo fato de o indivíduo estar enfrentando alguma modalidade de desemprego involuntário, seja ainda por haver simplesmente uma opção deliberada pelo não trabalho. Não é demais lembrar que a sobrevivência dessas pessoas será alcançada por algum expediente pessoal (poupança, por exemplo), familiar ou social. Qual seja a forma de sustento dos desempregados e inativos, o fato é que não se pode falar de rendimentos do trabalho dessas pessoas, dado que por definição elas não os possuem. Por isso mesmo é que a amostra utilizada refere-se apenas aos ocupados, daí a possibilidade de existir um viés de seleção, fato que possibilitaria conclusões não significativas e comprometedoras, caso não haja uma correção.

Para esse tipo de problema, Heckman (1979) propõe uma solução no mínimo engenhosa, que consiste em regressar, inicialmente, uma equação análoga à (2), através do modelo *probit*, para observar qual a probabilidade de uma pessoa participar do mercado de trabalho, seja essa pessoa ocupada, desempregada ou inativa. Em seguida, com o uso dos estimadores encontrados, calcula-se uma nova variável, denominada de função inversa de Mills, com a qual volta-se à regressão da equação (1) adicionada dessa nova variável.

Esse procedimento consiste em regressar uma variável dicotômica z , que assume os valores 0 e 1 quando indivíduo i escolhe respectivamente não tra-

balhar ou trabalhar. Pode-se então definir z^* , uma preferência não observada, como sendo:

$$Z_i^* = \gamma_i W_i + \mu_i,$$

onde W_i representa um conjunto de variáveis explicativas relacionadas ao trabalhador i . O parâmetro γ_i mede o efeito de uma mudança em W_i sobre a variável não observada Z_i^* , de tal forma que o sinal de γ_i nos diz se a variável tende a exercer um aumento ou uma diminuição na probabilidade do indivíduo i de participar do mercado de trabalho e que, quanto maior o valor do coeficiente maior o efeito sobre essa probabilidade.

O viés de seletividade pode ser ilustrado da seguinte forma:

$$\begin{aligned} E[y_i | y_i = 1] &= E[y_i | z_i^* > 0] = E[y_i | \mu_i > -\gamma'w_i] \\ &= \beta'x_i + E[\epsilon_i | \mu_i > -\gamma'w_i] \\ &= \beta'x_i + \beta_\lambda \lambda_i(\alpha_\mu), \end{aligned}$$

onde $\lambda(\alpha_\mu) = \phi_i(\gamma'w_i) / \Phi_i(\gamma'w_i)$; ϕ_i é a função de densidade de probabilidade do indivíduo i e Φ_i é função de probabilidade cumulativa do indivíduo i . Tendo em vista a aplicação do procedimento de Heckman, é necessário gerar uma variável explicativa, λ_i (inversa da razão de Mills), que, como já foi dito, será adicionada à equação de rendimentos.

Assim, segundo Greene (1997, p. 978), o processo de estimação em dois estágios de Heckman exige alguns passos básicos, quais sejam:

- a) estimar a equação *probit* de participação por máxima verossimilhança para obter estimativas de γ ;
- b) para cada observação na amostra selecionada, estimar a função inversa da razão de Mills: $\hat{\lambda}_i = \phi_i(\gamma'w_i) / \Phi_i(\gamma'w_i)$;
- c) estimar β e $\beta\lambda$ através da regressão de mínimos quadrados de y sobre x e λ . Tendo cumprido essas etapas, pode-se dizer que, o procedimento de Heckman contribuiu para

se alcançar estimadores consistentes dos parâmetros das equações de rendimentos.

O passo seguinte é buscar averiguar se nos diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores é possível encontrar uma parcela não explicada pelos atributos produtivos de cada indivíduo, de maneira a exteriorizar uma discriminação que contribua para a formação de rendimentos diferenciados. Para separar os rendimentos explicados pelos atributos produtivos dos indivíduos dos rendimentos não explicados por esses mesmos atributos, pode-se aplicar a decomposição de Oaxaca (1973). Essa decomposição consiste em utilizar, para cada grupo de trabalhadores, duas regressões, uma para cada segmento de mercado de trabalho, ao invés de apenas uma que utilize a separação de diferentes segmentos através de uma variável *dummy*. A primeira das regressões considera um grupo específico de trabalhadores relativo a um dos dois segmentos, por exemplo, homens registrados, enquanto que na segunda equação considera-se o grupo de trabalhadores do outro segmento e assim, sucessivamente para os demais grupos de trabalhadores analisados (mulheres, brancos e negros).

A decomposição de Oaxaca (1973) segue os seguintes passos:

a) Estima-se, para cada um dos segmentos, a equação de rendimentos:

$$y_h = \alpha_h + \sum \beta_{ih} x_{ih} \text{ e}$$

$$y_m = \alpha_m + \sum \beta_{im} x_{im}$$

onde y_h e y_m constituem o logaritmo do rendimento do segmento em referência (homem e da mulher, por exemplo);

b) toma-se a diferença entre as duas regressões avaliadas nos pontos médios das variáveis e soma-se e subtrai-se $\sum \beta_{ih} \bar{x}_{im}$, de forma a não alterar a igualdade, resultando em:

$$\bar{y}_h - \bar{y}_m = (\alpha_h - \alpha_m) + \sum \bar{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im}) + \sum \beta_{ih} (\bar{x}_{ih} - \bar{x}_{im})$$

onde $\bar{y}_h - \bar{y}_m$ é a diferença dos logaritmos dos rendimentos médios.

Dessa forma, pode-se dizer que apenas a diferença entre os interceptos das equações de homens e mulheres ($\alpha_h - \alpha_m$) forneceria uma boa medida da discriminação sofrida pelo grupo mais prejudicado no mercado de trabalho. Se essa diferença for positiva, considerando homem = 1, indicaria que os homens são mais remunerados que as mulheres e, se negativa, o contrário.

Mas, de acordo com Blinder (1973), os coeficientes também contêm informação sobre discriminação, pois o segundo termo da equação $\sum \bar{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im})$ também tem algo a dizer a respeito, uma vez que se refere à parte da diferença de rendimentos que se deve à valorização diferente de um mesmo atributo. Logo, se a diferença dos atributos for positiva, significa que o atributo é mais valorizado no homem que na mulher, já que essa diferença é ponderada pelo atributo médio da mulher. Dessa forma, a parte não explicada do diferencial de rendimentos cuja origem pode ser atribuída à discriminação é:

$$\alpha_h - \alpha_m + \sum \bar{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im})$$

Esse termo mede a parcela considerada como explicada dos rendimentos. Essa parte resulta das diferenças de dotação dos atributos dos trabalhadores, a qual é ponderada pelo valor que se dá a essas características. Em outras palavras, se o indivíduo possui uma dotação maior de atributos produtivos, ele terá uma remuneração mais elevada.

Assim, ao se dividir a amostra em quatro grupos, pode-se estimar o seguinte modelo:

$$(1) \quad y_h = \alpha_h + \sum \beta_{ih} x_{ih} + \varepsilon_h$$

$$(2) \quad y_m = \alpha_m + \sum \beta_{im} x_{im} + \varepsilon_m$$

$$(3) \quad y_b = \alpha_b + \sum \beta_{ib} x_{ib} + \varepsilon_b$$

$$(4) \quad y_n = \alpha_n + \sum \beta_{in} x_{in} + \varepsilon_n$$

onde y constitui o logaritmo neperiano do rendimento do homem, da mulher, do branco e do negro respectivamente, e x é o vetor de características individuais que inclui escolaridade, experiência, tempo na atual ocupação; β_i é o parâmetro a ser estimado e ε é termo aleatório, que possui as pressuposições estatísticas usuais.

Assim, a decomposição de Oaxaca (1973) por sexo e cor é dada respectivamente por:

$$(5) \quad \bar{y}_h - \bar{y}_m = (\alpha_h - \alpha_m) + \sum \bar{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im}) + \sum \beta_{ih} (\bar{x}_{ih} - \bar{x}_{im})$$

$$(6) \quad \bar{y}_b - \bar{y}_n = (\alpha_b - \alpha_n) + \sum \bar{x}_{in} (\beta_{ib} - \beta_{in}) + \sum \beta_{ib} (\bar{x}_{ib} - \bar{x}_{in})$$

Se a soma entre o primeiro e o segundo termo das equações (5) e (6) for pequena, significa que a discriminação entre os integrantes da ocupação não é significativa e que o diferencial deve ser imputado quase que integralmente à posse de atributos produtivos. Porém, se essa soma se mostrar elevada significa que há uma discriminação entre os agrupamentos de trabalhadores, gerando um diferencial de rendimento que não é justificado do ponto de vista econômico. Essa mesma demonstração dos diferenciais de rendimentos pode ser aplicada, indistintamente, para a ocupação não registrada e para a ocupação registrada na previdência social.

Para estimar os modelos acima apresentados foram escolhidos os anos de 2000 e 2001, gerando uma amostra de 74.709 indivíduos. Nessa amostra, foram consideradas todas as entrevistas realizadas com indivíduos domiciliados em Salvador, com idade entre 18 e 65 anos. Essa base foi utilizada para a estimação das equações de participação, através da aplicação de um modelo *probit*, com o fim de efetuar a correção do possível viés de seletividade amostral. A seguir foram selecionados todos os indivíduos ocupados, com rendimento positivo, totalizando 35.895 indivíduos. Essa seleção permitiu filtrar os indivíduos com e sem contribuição à previdência social.

Foram então consideradas as seguintes variáveis explanatórias:

Fmenor: variável contínua que representa o número de filhos menores de 10 anos de

idade. Para as mulheres, é de se esperar um sinal negativo para o coeficiente dessa variável, pois costumeiramente a elas que cabe a tarefa de cuidar diariamente dos filhos menores.

Escola: variável contínua que representa a escolaridade do indivíduo medida em anos de estudo completos. O rendimento auferido pelo indivíduo parece aumentar com a escolaridade e, por isso, aguarda-se um sinal positivo para as equações de rendimentos.

Exper: variável contínua que representa a experiência potencial do indivíduo medida em anos, ou seja, é quanto o indivíduo poderia estar dedicando à sua profissão se estivesse em uma situação de ocupado imediatamente após a sua conclusão dos estudos. A medida da experiência potencial é calculada pela idade do indivíduo, subtraindo-se os anos dedicados à escolaridade formal e os anos de idade pré-escolar. O rendimento auferido pelo indivíduo parece aumentar com a experiência e, por isso, aguarda-se um sinal positivo.

Exper²: quadrado da variável experiência, tendo em vista que a renda não varia linearmente com a experiência, mas reduz a taxa de crescimento ao longo dos anos. Espera-se que essa variável assumira um sinal negativo.

OutRda: variável contínua que representa todas as outras rendas, tais como pensão e aposentadoria, que o indivíduo possui. Em geral, quanto maior o valor dessa variável, menor será a probabilidade de participação do indivíduo no mercado de trabalho⁴.

⁴ Essa variável foi deflacionada com o IPC-SEI, em reais de novembro de 2001.

Tocup: representa o tempo de ocupação, ou seja, a estabilidade do indivíduo em número de meses, no emprego atual. É esperado um sinal positivo para essa variável, já que o indivíduo ocupado vai se adaptando ao trabalho ao longo do tempo.

Homem: assume valor 1 para homem e 0 caso contrário.

Mulher: assume valor 1 para mulher e 0 caso contrário.

Branco: assume valor 1 para brancos e 0 caso contrário.

Negro: assume valor 1 para negros e 0 caso contrário.

Chefe: assume valor 1 para o chefe de domicílio e 0 para os demais membros do domicílio.

Cônjuge: assume valor 1 para o cônjuge e 0 para os demais membros do domicílio.

Reg: assume valor 1 quando o indivíduo contribui para a previdência e 0 caso contrário.

Nreg: assume valor 1 quando o indivíduo não é registrado na previdência e 0 caso contrário.

4 - ESTIMATIVAS DAS EQUAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DE RENDIMENTOS

As equações de participação foram estimadas por máxima verossimilhança, através do modelo *probit*. Os principais resultados obtidos são apresentados na Tabela 1. Por uma questão de didática, esses resultados seguem a ordem de visualização nas tabelas; no entanto, vale ressaltar que a importância desses resultados é mais bem apontada pelas estatísticas de Wald, que se encontram entre parênteses.

Todos os sinais das estimativas apresentaram-se conforme o esperado e foram significativamente diferentes de zero em todas as equações de participação tanto para a ocupação registrada como tam-

Tabela 1 – Equações de participação por sexo e cor

Variáveis	Ocupação não registrada				Ocupação registrada	
	Homem	Mulher	Branco	Negro	Homem	Branco
Constante	-0,398 (171,05)	-0,296 (98,851)	-0,244 (17,017)	-0,367 (253,622)	-1,722 (3218,768)	-2,137 (1221,393)
Fmenor	0,01148 (1,763)	-0,0344 (19,607)	-0,04192 (4,237)	-0,01445 (5,865)	-0,00575 (0,455)	-0,007712 (0,157)
Escolaridade	-0,03813 (313,434)	-0,05045 (602,775)	-0,04474 (111,376)	-0,04533 (782,822)	0,0911 (1868,765)	0,108 (646,729)
Exper	0,004135 (3,408)	0,01513 (56,55)	-0,00432 (1,442)	0,008784 (33,639)	0,06468 (816,892)	0,08217 (473,988)
Exper ²	-0,0001426 (12,026)	-0,0005128 (191,133)	-0,0001375 (3,408)	-0,0003332 (136,599)	-0,001293 (868,982)	-0,001817 (464,798)
OutRda	-0,00001311 (0,919)	-0,00005216 (17,819)	0,000006244 (0,153)	-0,00004002 (13,498)	-0,0002384 (277,092)	-0,000126 (65,7)
Chefe	0,02325 (1,389)	0,07993 (12,244)	0,19 (35,028)	0,09767 (59,712)	0,386 (417,126)	0,386 (167,49)
Cônjuge	- (28,753)	-0,1 (28,753)	- (28,753)	- (28,753)	- (28,753)	- (28,753)
R V	18664,95	23291,55	6865,98	31269,88	24969,47	9596,31
N	33.810	40.899	10.410	64.285	33.810	10.410

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

bém para a ocupação não registrada. Com exceção do homem da ocupação não registrada, possuir filhos menores reduz a participação das pessoas no mercado de trabalho, uma vez que o coeficiente dessa variável se mostrou negativo e fortemente significativo.

Atenção especial deve ser dada à variável escolaridade que possui sinal negativo para todas as equações de participação da ocupação não registrada, mas que possui sinal positivo para os integrantes da ocupação registrada. Isso é um resultado de certa forma esperado, visto que na ocupação não registrada estão, de um modo geral, todos os indivíduos que possuem baixa escolaridade e que, portanto, têm uma probabilidade menor de estar em ocupações melhor remuneradas e submetidas a contratos de trabalho legalizados, em que contribuição à previdência social se faz mais presente.

A variável experiência apontou uma relação direta com a participação da pessoa no mercado de trabalho, com exceção do branco não registrado. Os coeficientes da variável experiência ao quadrado apresentaram sinais negativos e estatisticamente diferentes de zero, em todos os cortes analisados. Pode-se então dizer que a experiência aumenta a probabilidade de a pessoa estar presente no mercado de trabalho, mas isso acontece a taxas decrescentes.

A variável “Outros rendimentos”, que não os provenientes do trabalho assalariado, desempenha um papel muito importante na disposição das pessoas se apresentarem no mercado de trabalho. Essa variável aponta que quanto maior for a dotação desse tipo de rendimento, menor será a probabilidade das pessoas se apresentarem no mercado de trabalho. Os resultados foram significativos, exceto para os homens e os brancos na ocupação não registrada.

A posição do indivíduo na condição de chefe de família também mostrou ser uma variável importante na indução das pessoas para o mercado de trabalho. Por sua vez, as mulheres quando cônjuges aumentam as chances de se afastarem do mercado de trabalho não registrado. Esse resultado, de certa

forma, era esperado, já que a presença de filhos menores na família pode contribuir para a saída das mulheres do mercado de trabalho.

Os resultados das equações de rendimentos podem ser visualizados na TABELA 2, onde se constata que todos os sinais dos coeficientes foram os esperados (exceto para os brancos registrados) e significativos. Pode-se afirmar que o poder de explicação das regressões foi alcançado, já que os testes F mostraram-se muito satisfatórios.

Uma inspeção da TABELA 2 permite afirmar que a escolaridade se mostrou muito importante para obtenção de maiores rendimentos dos indivíduos, dado que os coeficientes dessa variável foram positivos e significativos para todos os estratos de trabalhadores, tanto da ocupação não registrada como da ocupação registrada na previdência social.

A experiência também se mostrou importante para elevar os rendimentos das pessoas. Com exceção dos brancos nas atividades registradas na previdência social, essa variável apresentou uma relação direta, ou seja, quanto maior o tempo de experiência das pessoas mais elas alcançam rendimentos mais elevados do trabalho. O sinal negativo para os brancos registrados decorre possivelmente da especificidade da dinâmica do mercado de trabalho de Salvador, em que a experiência conta muito pouco para essas pessoas no início de suas vidas profissionais, de maneira que elas ganham mais pelo simples fato de serem brancos. Entretanto, a entrada constante de novos brancos no mercado de trabalho faz com que a experiência deixe de contar de maneira significativa para a elevação dos rendimentos.

A experiência ao quadrado, por sua vez, apresentou um resultado diferenciado. Assim, o aumento da experiência permite uma elevação dos rendimentos a taxas crescentes para os negros nas ocupações não registradas e para os brancos nas ocupações registradas. O aumento da experiência contribui para uma elevação dos rendimentos, porém com taxas decrescentes. Isso é verdadeiro para os homens, mulheres e brancos nas ocupações não registradas e para os homens nas ocupações regis-

tradas na previdência social. Negros não registrados e brancos registrados apresentaram sinal positivo para essa variável, sugerindo que a experiência para as pessoas desses dois agrupamentos contribui para a elevação dos rendimentos a taxas crescentes.

O tempo que as pessoas levam na mesma ocupação, que pode ser entendido como uma *proxy* da estabilidade ocupacional, se mostrou positivo e muito significativo, de maneira que se pode afirmar que a estabilidade ocupacional das pessoas é importante elemento indutor dos rendimentos. Esse resultado foi verificado em todos os cortes dos dois segmentos analisados.

Por fim, tem-se que os coeficientes da variável explicativa lambda, a qual foi adicionada ao modelo com a intenção de corrigir o viés de seletividade amostral, se mostraram negativos e significativos em todas as equações estimadas de rendimento. A significância dessa variável garante que o viés de seleção foi corrigido pelo procedimento de Heckman (1979). Os sinais negativos desses coeficientes apontaram existir uma correlação negativa entre o

erro aleatório da equação de rendimento e o erro aleatório da equação de participação. Assim, esses sinais indicam que características não observáveis afetam positivamente a decisão das pessoas se lançarem no mercado de trabalho, mas afetam negativamente os rendimentos dessas pessoas.

5 - UMA AVALIAÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS

Antes de iniciar a análise dos diferenciais de rendimentos, é interessante observar as médias das variáveis consideradas nas regressões. Isso é mostrado com o auxílio da TABELA 3, onde essas médias são apresentadas, bem como as respectivas estatísticas t do teste das médias. Como se esperava, a média dos rendimentos dos trabalhadores registrados na previdência social é superior à média dos trabalhadores sem registro. Assim, os brancos registrados recebem, em média, R\$ 1.480,64, enquanto os brancos não registrados ganham R\$ 737,62. Os homens registrados ganham uma média de R\$ 946,61, ao tempo em que os homens não registrados recebem apenas R\$ 522,95. Brancos e homens registrados, em mé-

Tabela 2 – Equações de rendimentos por sexo e cor

Variáveis	Ocupação não registrada				Ocupação registrada	
	Homem	Mulher	Branco	Negro	Homem	Branco
(Constante)	6,712 (8,732)	4,411 (29,211)	6,486 (20,387)	8,59 (42,245)	4,478 (52,9)	6,324 (31,474)
Escola	0,206 (9,552)	0,128 (21,569)	0,236 (20,075)	0,249 (37,32)	0,141 (49,412)	0,09809 (13,551)
Exper	0,05967 (13,925)	0,02223 (7,988)	0,06854 (13,267)	0,00491 (1,835)	0,04009 (12,941)	-0,02714 (-3,916)
Exper ²	-0,00072 (-6,535)	-0,00022 (-3,322)	-0,00076 (-6,499)	0,00052 (7,922)	-0,0003536 (-5,863)	0,0009618 (6,454)
TOcup	0,00137 (9,994)	0,00164 (11,412)	0,00222 (7,266)	0,00176 (16,056)	0,001573 (20,349)	0,001478 (9,209)
Lambda	-2,675 (-3,693)	-0,491 (-3,448)	-2,878 (-9,161)	-4,321 (-22,927)	-0,209 (-5,098)	-0,973 (-11,446)
R ²	0,309	0,218	0,347	0,225	0,51	0,432
F	570,198	418,069	174,061	708,804	2436,586	528,922
DW	1,839	1,835	1,881	1,817	1,737	1,766
N	6.378	7.510	1.645	12.239	11.705	3.486

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

Nota: As estatísticas-t são dadas entre parênteses.

dia, ganham mais que todos os segmentos não registrados. Esse resultado é garantido pelo teste da diferença entre as médias dos rendimentos, cujas estatísticas t encontram-se entre parênteses. Esses números confirmam a importância da segmentação do mercado de trabalho de Salvador, além de apontar no sentido de existir uma forte discriminação contra mulheres e negros nesse mercado.

A escolaridade média encontra-se desigualmente distribuída, quando observada por gênero e raça das pessoas ocupadas não registradas e mesmo entre aquelas das ocupações registradas. Efetivamente os níveis de escolaridades dos trabalhadores não registrados na previdência social mostram-se, grosso modo, menos elevados que os níveis referentes aos trabalhadores registrados. Naturalmente que essas diferenças contribuem para justificar os diferenciais de rendimentos, mas dificilmente esses diferenciais podem ser totalmente imputados aos diferentes níveis de escolaridade das pessoas envolvidas nos dois segmentos de mercado de trabalho. Isso porque não se deve deixar de considerar o critério do pertencimento ao segmento de mercado de trabalho ao qual essas pessoas tiveram acesso. Nesse sentido, vale salientar que o branco não registrado detém a segunda mais elevada média de escolaridade (10,35 anos de estudos). Isso pode estar demonstrando que as dificuldades enfrentadas pelas

pessoas são em muito condicionadas por elementos alheios à escolaridade, com sérias implicações sobre os rendimentos.

Não se percebe um diferencial de experiência muito importante entre os segmentos do mercado de trabalho de Salvador. Como mostram os resultados dos testes das médias, os negros não registrados apresentam-se com a mais elevada experiência média, mesmo em relação à experiência dos homens registrados. Os brancos não registrados possuem menos experiência, relativamente aos brancos registrados, mas essa diferença é muito tênue, dados, que a estatística t foi pouco significativa. Os homens e mulheres não registrados detêm praticamente os mesmos níveis de experiência dos homens registrados. Dessa forma, dificilmente se podem justificar os diferenciais de rendimentos pelos níveis de experiência.

Entretanto, o mesmo não se pode dizer para o tempo de ocupação dos diferentes segmentos e agrupamentos. As ocupações registradas na previdência social são também aquelas que mantêm os trabalhadores mais estáveis em suas respectivas ocupações. Os brancos e os homens registrados suplantam, em termos de estabilidade no trabalho, todos os agrupamentos não registrados, em particular as mulheres.

Tabela 3 – Variáveis Médias por Segmentos de Ocupação e por Gênero e Raça

Variáveis	Ocupação não registrada na previdência				Ocupação registrada	
	Homem	Mulher	Branco	Negro	Homem	Branco
Rendimento	522,95 (26,39)	261,43 (52,57)	737,62 (17,85)	333,52 (39,86)	946,61	1.480,64
Escolaridade	7,59 (28,33)	7,62 (29,16)	10,35 (16,90)	7,23 (76,20)	9,31	12,21
Experiência	20,29 (-0,37)	20,18 (0,17)	18,51 (1,80)	20,46 (-5,76)	20,22	19,20
TempOcup	55,31 (18,78)	42,50 (32,11)	54,24 (16,25)	47,60 (27,32)	79,80	96,73

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

Nota: Estatísticas t dos testes das médias encontram-se entre parênteses. As comparações foram feitas por gênero e raça, relativamente aos trabalhadores registrados na previdência social.

5.1 - Diferenciais de Rendimentos por Segmentação

A decomposição de Oaxaca (1973) permitiu o cálculo dos diferenciais de rendimentos entre os dois segmentos analisados, bem como possibilitou separar as parcelas dos rendimentos que podem ser explicadas pelos atributos econômicos e não econômicos das pessoas, daqueles inerentes ao próprio segmento de mercado de trabalho. Vários cortes comparativos foram analisados. Foram comparados os diferenciais de rendimentos dos homens registrados na previdência social contra os rendimentos dos homens não registrados nessa mesma previdência, bem como foram estimados os diferenciais de rendimentos dos homens registrados face aos rendimentos das mulheres não registradas. Esses resultados encontram-se na TABELA 4.

A análise do diferencial de rendimentos entre ocupação registrada e não registrada, controlada por sexo, mostra que os homens registrados, em média, ganham mais que os homens não registrados. Além disso, pode-se dizer que 63,7% do diferencial de rendimentos podem ser explicados pelas respectivas dotações em atributos pessoais, enquanto que 36,3% desse diferencial não encontram explicação nos atributos econômicos e não econômicos dessas pessoas, os quais podem ser perfeitamente atribuídos ao fato de pertencerem a segmentos distintos do mercado de trabalho. A essa segunda parcela denominou-se efeito segmentação do mercado de trabalho. Efetivamente, os homens registrados ganham R\$ 266,15 a mais, em relação aos homens não registrados. Esse diferencial de rendimento encontra-se dividido em dois contextos. Assim, R\$ 169,54 do diferencial total de rendimentos resultam

dos atributos econômicos e não econômicos das pessoas, enquanto que R\$ 96,61, desse mesmo diferencial, resultam do fato de a pessoa pertencer a um ou a outro segmento do mercado de trabalho.

Quanto à comparação dos rendimentos do homem registrado face aos rendimentos das mulheres não registradas, pode-se avançar que os diferenciais de rendimentos são favoráveis aos primeiros, em detrimento das mulheres não registradas. Os homens registrados recebem, em média, R\$ 413,75 a mais que as mulheres não registradas. A composição desse diferencial permite afirmar que 33,6% dele podem ser explicados pelas diferenças nas dotações dos atributos pessoais, enquanto que 66,4% desse mesmo diferencial devem ser imputados ao efeito segmentação do mercado de trabalho.

Esses resultados são muito importantes, pois mostram que o fato de pertencer a um ou a outro segmento do mercado de trabalho define, em muito, a capacidade de ganho das pessoas, independentemente das respectivas dotações em atributos pessoais. Dessa forma, o simples fato de se encontrar no segmento sem registro da previdência social constitui, portanto, uma desvantagem para essas pessoas (homens ou mulheres). Isso se verifica sem que haja qualquer relação com as condições de produtividades dessas pessoas. Além do mais, considerando o elevado percentual creditado ao efeito segmentação entre homens do segmento registrado e mulheres do segmento não registrado, em relação aos homens registrados e homens não registrados, tem-se que o pertencimento ao segmento sem registro na previdência social apresenta-se em detrimento das mulheres não registradas. Esse resultado

Tabela 4 - Diferenciais dos Rendimentos por Sexo

Efeitos	Homem registrado X Homem não registrado			Homem registrado X Mulher não registrada		
	Oaxaca	R\$	%	Oaxaca	R\$	%
Efeito segmentação	0,22	96,61	36,3	0,82	274,83	66,4
Efeito dotação atributos	0,39	169,54	63,7	0,41	138,92	33,6
Efeito Total	0,61	266,15	100,0	1,23	413,75	100,0

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

pode estar evidenciando algum processo discriminatório contra essas pessoas, cuja abordagem será realizada na próxima seção.

Quando se compara ocupação registrada com ocupação não registrada, controlada por cor (Tabela 5), percebe-se que esse atributo desempenha importante papel na composição dos rendimentos. Assim, o branco registrado recebe R\$ 519,14 a mais que o branco não registrado. A contribuição dos atributos pessoais é responsável por 87,3% desse diferencial, enquanto os demais 12,7% são explicados pelo efeito segmentação do mercado de trabalho.

Por outro lado, quando se compara o rendimento médio do branco registrado com o do negro não registrado, observa-se um aumento no diferencial de rendimentos, que passa a ser da ordem de R\$ 712,50. Entretanto, a composição relativa desse diferencial se altera, em relação à comparação anterior, já que 64,8% desse diferencial podem ser creditados à dotação de atributos das pessoas implicadas, de maneira que o efeito segmentação se eleva para 35,2%. Fato esse que pode estar escondendo, além do efeito segmentação, algum processo discriminatório contra os negros.

5.2 - Discriminação e Diferenciais de Rendimentos no Segmento não Registrado

As diferentes magnitudes dos efeitos segmentação, anteriormente analisados, apontaram a possível existência de processos discriminatórios contra as mulheres e os negros do mercado de trabalho de Salvador. Dessa forma, a decomposição de

Oaxaca (1973) foi ainda utilizada para analisar esses processos discriminatórios presentes no segmento das ocupações não registradas na previdência social. A abordagem da discriminação retoma, em outras bases, a problemática dos diferenciais dos rendimentos. Assim, é preciso saber por que trabalhadores com características produtivas iguais acabam por receber remunerações diferenciadas no mercado de trabalho. Ora, se as características produtividades dos trabalhadores são iguais, nada mais razoável imaginar que essas pessoas deveriam receber um mesmo montante de rendimento por seus serviços prestados. Mas isso somente aconteceria se o mercado de trabalho fosse perfeito, com informação livre e gratuita, sem a possibilidade de existir expedientes discriminatórios ou de segregação.

A discriminação é, portanto, definida como a observância de tratamento desigual para pessoas com iguais dotações de atributos produtivos. Isso acontece em virtude de uma apreciação diferenciada das características não econômicas das pessoas, tais como gênero e raça. Esses elementos exigem uma atenção analítica especial, para que se possa perceber a presença ou não de processo discriminatório no mercado de trabalho. O problema é, portanto, saber por que os empregadores, independentemente das condições objetivas de produtividade das pessoas, preferem um determinado perfil de mão-de-obra. Dessa forma, indivíduos que não respondem às preferências dos empregadores são rechaçados no mercado de trabalho, a ponto de terem dificuldades de emprego, a menos que aceitem remunerações bem inferiores àquelas permitidas pelo seu potencial de qualificação.

Tabela 5 – Diferenciais dos Rendimentos por Cor

Efeitos	Branco registrado X Branco não registrado			Branco registrado X Negro não registrada		
	Oaxaca	R\$	%	Oaxaca	R\$	%
Efeito segmentação	0,11	66,03	12,7	0,52	250,44	35,2
Efeito dotação atributos	0,73	453,11	87,3	0,96	462,05	64,8
Efeito Total	0,83	519,14	100,0	1,49	712,50	100,0

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

A inserção no mercado de trabalho das pessoas que sofrem discriminação se verifica, dessa forma, a um preço muito elevado. Pessoas discriminadas costumam aceitar postos de trabalhos inferiores em relação às suas capacitações, ou mesmo receber remunerações menores para exercer uma atividade similar. Dessa forma, os indivíduos que têm gosto pela discriminação acabam por influenciar suas atitudes por aspectos subjetivos que diferem de indivíduo para indivíduo. Assim, existe discriminação no mercado de trabalho, se trabalhadores com idênticas características produtivas são tratados diferentemente devido aos grupos a que pertencem. Há discriminação salarial contra mulheres e negros quando, para exercerem as mesmas atividades, os empregadores pagam menos a essas pessoas relativamente ao que pagam a homens e brancos pelo simples fato de serem mulheres e negros. Isso acontece independentemente dos atributos produtivos dessas pessoas, ou seja, níveis educacionais e de experiência semelhantes não reduzem esse procedimento.

Naturalmente que o gosto pela discriminação pode estar ligado à ignorância e/ou à desinformação das pessoas. Dessa forma, um empregador levado a não contratar um indivíduo em razão de seu sexo, cor ou idade provavelmente está inseguro quanto à produtividade do trabalhador discriminado, mesmo podendo, nesse momento, estar deixando de lado um trabalhador que pode ser mais produtivo que o trabalhador escolhido. Caso a escolha se verifique a partir de um critério discriminatório e a pessoa selecionada não responda objetivamente em termos de produtividade, isso pode vir a representar um custo não pecuniário que o empregador deve arcar em vista do seu comportamento pleno de subjetividades discriminatórias.

Comportamentos discriminatórios tendem a desaparecer, pelo menos nas grandes firmas, conforme os empregadores adotem muito mais critérios que permitam a maximização dos resultados de suas funções objetivos, que critérios baseados na desinformação ou atitudes segregacionistas. Mas também não se pode negar que a presença de discriminação possibilita a contratação de trabalhadores igualmente produtivos por salários diferenciados, bem como perder a possibilidade de selecionar o trabalhador mais produtivo, dado que esse pode estar sendo discriminado. Dessa forma, pode-se concluir que o processo discriminatório permite benefícios ou custos. Mas, de uma ou outra forma, a discriminação prejudica os ajustes do mercado de trabalho, os quais são necessários para que esse mercado se torne mais competitivo.

Na TABELA 6 encontram-se registradas as diferenças básicas de rendimentos decorrentes das dotações de atributos de homens e mulheres e de brancos e negros, bem como as diferenças de rendimentos que podem ser atribuíveis aos processos discriminatórios contra as mulheres e os negros que trabalham em ocupações sem registro na previdência social. Uma inspeção dessa Tabela permite apontar que, em Salvador, os homens não registrados na previdência social recebem, em média, R\$ 147,59 a mais que as mulheres também não registradas. Apenas 21,1% desse diferencial decorrem de uma mais elevada dotação média de atributos pessoais dos homens; ficando, por conseguinte, 78,9% desse mesmo diferencial sob responsabilidade dos mecanismos discriminatórios presentes nesse segmento de mercado de trabalho da capital baiana.

O diferencial de rendimentos entre brancos e negros não registrados também aponta a presença

Tabela 6 – Diferenciais dos Rendimentos na Ocupação Não Registrada por Sexo e Cor

Efeitos	Homem X Mulher			Branco X Negro		
	Oaxaca	R\$	%	Oaxaca	R\$	%
Efeito discriminação	0,50	116,40	78,9	0,23	68,74	35,6
Efeito dotação atributos	0,13	31,19	21,1	0,42	124,61	64,4
Efeito Total	0,63	147,59	100,0	0,65	193,35	100,0

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

de processos discriminatórios contra os negros, muito embora a dimensão dessa discriminação seja menor quando comparada àquela sofrida pelas mulheres. Com efeito, os trabalhadores brancos sem registro na previdência social recebem, em média, R\$ 193,35 a mais que os trabalhadores negros, um diferencial absoluto mais elevado que aquele enfrentado pelas mulheres desse mesmo segmento de mercado de trabalho; entretanto o peso relativo desse diferencial atribuível à dotação de atributos foi de 64,4%, ficando os restantes 35,6% sob responsabilidade dos processos discriminatórios enfrentados pelos negros.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da ocupação não registrada na previdência social evidenciou algumas características interessantes da estrutura do mercado de trabalho de Salvador. Constatou-se, por exemplo, que cerca de 39% da ocupação dessa importante cidade brasileira não contribuem para com o sistema nacional de previdência social. Essa ausência de contribuição à previdência traz sérios problemas ao sistema como um todo, na medida em que subtrai uma grande parcela de receita, bem como impede que as pessoas implicadas não disponham de direitos consagrados nas leis do trabalho do país. Além do mais, a não contribuição para a previdência serve como uma espécie de biombo socialmente perverso, o qual permite que outros direitos desses trabalhadores deixem de ser reconhecidos, a exemplo do registro em carteira profissional no caso dos trabalhadores assalariados.

O modelo econométrico utilizado recorreu ao procedimento de Heckman (1979) para corrigir possíveis vieses de seletividade da amostra, bem como aplicou a decomposição de Oaxaca (1973) numa tentativa de separar os efeitos provocados pela dotação dos atributos das pessoas dos efeitos relativos a segmentação do mercado de trabalho e a discriminação. Os resultados obtidos foram significativos e permitem reconhecer a existência de uma segmentação no mercado de trabalho de Salvador, além da presença de processos discriminatórios. Tem-se então duas grandes fontes de mazelas soci-

ais. Por um lado, a segmentação do mercado de trabalho suprime alguns direitos fundamentais e garantidos dos trabalhadores, além de provocar uma fuga de receita do instituto da previdência e, por outro, percebe-se a presença de comportamentos discriminatórios nesse segmento de mercado de trabalho de Salvador.

Segmentação e discriminação combinadas potencializam efeitos socialmente perversos, contribuindo para a redução dos rendimentos de mulheres e negros de maneira independente das condições de produtividade dessas pessoas, além de provocar uma redução nas condições de competitividade no próprio funcionamento desse mercado de trabalho. No que diz respeito à segmentação do mercado de trabalho de Salvador constatou-se que os homens registrados na previdência costumam, em média, ganhar mais que homens e mulheres não registrados. Seguindo o mesmo tipo de movimento, também se pôde verificar que os brancos registrados na previdência recebem, em média, mais que os brancos e negros não registrados. A discriminação também se mostrou importante fator redutor dos rendimentos das pessoas que sofrem com atitudes e comportamentos segregacionistas. No segmento não registrado do mercado de trabalho de Salvador, a discriminação por sexo é, porém, mais forte que a discriminação por cor.

É importante frisar que as diferenças nas dotações de atributos produtivos constituem um fator mais relevante no diferencial de rendimentos dos negros não registrados na previdência social. Dessa forma, ainda que a discriminação econômica contra os negros exista, ela é relativamente menor que aquela sofrida pelas mulheres. Não é demais afirmar, portanto, que os negros desse segmento de mercado de trabalho enfrentam muito mais uma desigualdade de atributos que elementos discriminatórios. Desigualdade essa que decorre principalmente de uma distribuição social desigual dos atributos pessoais economicamente mais valorizados, tal como a escolaridade. Resta saber se a menor escolaridade dos negros não decorre de processos discriminatórios socialmente disseminados ao longo da história de Salvador.

Os fatores analisados que provocam importantes diferenciais nos rendimentos dessas pessoas foram a segmentação do mercado de trabalho e a presença de comportamentos discriminatórios contra as mulheres e contra os negros. Entende-se que o presente estudo avançou algumas contribuições importantes, deixando, dessa forma, um pouco mais claros os mecanismos de funcionamento desse importante mercado de trabalho, bem como algumas peculiaridades que afligem esse importante contingente de pessoas que não dispõem do registro na previdência social. Uma tentativa de reduzir os malefícios dessa segmentação e discriminação somente pode advir de políticas públicas adequadas. Políticas que realcem muito mais o caráter produtivo das pessoas, em face de uma segmentação do mercado de trabalho e em detrimento de comportamentos discriminatórios. Aspectos que vêm sistematicamente restringindo direitos dos trabalhadores, contribuindo para a redução de seus rendimentos.

Abstract

This essay analyzes the differentials of incomes of workers non-registered in the social welfare, using data from the city of Salvador. The data was collected from Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (Research of employment and unemployment in Salvador's metropolitan region) for 2000 and 2001. It was used the Heckman's procedure to correct the possible problems of the sample selectivity and the Oaxaca's decomposition to separate the productive and non-productive components of workers' incomes. The results distinguished two elements that explain the differentials of incomes: the labor market segmentation and discriminatory procedures. In conclusion, these results showed that the non-registered workers have less gain than the registered ones. Furthermore, the results also showed the existence of a discrimination against women and black people in the non-registered segment of Salvador labor market.

Key words:

Segmentação; Discriminação; Ocupação; Ocupação não registrada; Diferenciais de rendimento.

REFERÊNCIAS

- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural. **Journal of Human Resources**, Chicago, n. 8, p. 436-455, 1973.
- CACCIAMALI, M. C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F (Org.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 121-143.
- DOERINGER, P.; PIORE, M. **Internal labor markets and manpower analysis**. Massachusetts: Lexington, 1971.
- FERNANDES, R. Mercado de trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 417-441, 1996.
- GREENE, William. **Econometric Analysis**. New Jersey: Prentice-Hall, 1997. p. 974-984.
- HECKMAN, James. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**, Princeton, v. 47, n. 01, p. 153-161, jan. 1979.
- KASSOUF, A. L. Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 243-269, jun. 1998.
- KERR, C. **The balkanization of labor market**. Wiley: MIT Press, 1954.
- LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. Diferenciais de rendimentos por gênero. In: LISBOA, M. B.; MENEZES-FILHO, N. A. **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001. p. 79-115.
- LOUREIRO, P. R. A.; CARNEIRO, F. G. Discriminação no mercado de trabalho: uma análise dos setores rural e urbano no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 519-545, 2001.

OAXACA, R. Male-Female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, Philadelphia, v. 14, n. 3, p. 693-709, out. 1973.

SILVA, N. D. V; KASSOUF, A L. Mercado de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 41-77, jul. 2000.

SOARES, S. S. D. **O Perfil da discriminação no mercado de trabalho:** homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td803.html>. Acesso em: 19/11/2001.

Recebido para publicação em 03.MAR.2004.